

HABEAS CORPUS Nº 547.834 - SC (2019/0353370-9)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : MAELEM ARRUDA
ADVOGADO : MAELEM ARRUDA - SC053002
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ERIK DIONE PRADO CARDOZO (PRESO)
PACIENTE : VERONEL MARQUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. SUPERAÇÃO. DESCABIMENTO. TERATOLOGIA OU FLAGRANTE ILEGALIDADE. AFERIÇÃO. INVIABILIDADE. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DOS AUTOS. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TESE SUSCITADA APÓS A PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESCABIMENTO. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ERICK DIONE PRADO e VERONEL MARQUES contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do HC n.º 5005807-09.2019.8.24.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que os Pacientes foram condenados da seguinte maneira (fls. 146-147):

"[...]

d) Condenar Erik Dione Prado Cardozo ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 15 (quinze) anos, 10 (dez) meses e 1 (um) dia de reclusão, em regime inicialmente fechado, bem como ao pagamento de 35 (trinta e cinco) dias- multa, no valor de 1/30 do maior salário mínimo vigente há época dos fatos, pela prática dos delitos previstos no art. 157, § 2º, inciso II e V, e § 2º-A, inciso I, c/c art. 61, inciso II, alíneas 'c' e 'd', e art. 65, I e III, 'd', todos do CP (11 anos, 4 meses e 1 dia de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 25 dias-multa, no valor individual de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos), art. 288, parágrafo único, c/c o art. 65, I, ambos do Código Penal (1 ano e 6 meses de reclusão em regime aberto), art. 14 da Lei 10.826/03 c/c o art. 65, I e III, 'd', do CP (2 anos de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 dias-multa, no valor individual de

1/30 do salário mínimo) e art. 244-B, da Lei n. 8.069/90 c/c o art. 65, I, do CP (1 ano de reclusão em regime aberto), na forma do art. 69, do Código Penal;

e) Condenar Veronel Marques ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 21 (vinte e um) anos, 6 (seis) meses e 16 (dezesesseis) dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, bem como ao pagamento de 30 (trinta) dias-multa, no valor de 1/30 do maior salário mínimo vigente há época dos fatos, pela prática dos delitos previstos no art. 157, § 2º, inciso II e V, e § 2º-A, inciso I, c/c art. 61, I e II, alíneas 'c' e 'd', art. 62, inciso I, todos do CP (18 anos, 1 mês e 21 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 30 dias-multa, no valor individual de 1/30 do salário mínimo), art. 288, parágrafo único, c/c o art. 61, I, ambos do Código Penal (2 anos e 15 dias de reclusão em regime inicial semiaberto), e art. 244-B, da Lei n. 8.069/90 c/c o art. 61, I do CP (1 ano, 4 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial semiaberto), na forma do art. 69, do Código Penal."

Na ocasião, foi negado aos Acusados o direito de recorrer em liberdade *"pois permanecem os fundamentos e motivos ensejadores da custódia preventiva dos denunciados, e considerando o regime inicial fixado na sentença, mantenho suas prisões cautelares ante eventual recurso que venha a ser interposto contra esta decisão"* (fl. 147).

Irresignada com a prisão cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, tendo sido indeferido o pedido liminar (fls. 183-185).

Daí a impetração do presente *writ* contra a decisão acima mencionada, em que a Defesa sustenta, em síntese, que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e que o decreto prisional não apresenta motivação idônea. Informa que os Pacientes possuem condições pessoais favoráveis.

Alega que *"o prazo supra referido concernente à fase de instrução e encerramento do processo com a prolação de sentença mostra-se há muito extravasado, já que os réus se encontram sob a custódia do Estado por meses, conforme se verifica pelos documentos juntados"* (fl. 25).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva, com a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Passo a decidir.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*n*ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que os autos foram mal instruídos, tendo em vista que a Parte Impetrante não juntou **cópia da decisão do Juízo de primeiro grau que decretou a prisão preventiva.**

Como se sabe, **competete ao impetrante a correta e completa instrução do remédio constitucional do *habeas corpus*.**

Nesse sentido, a eminente Ministra ELLEN GRACIE, do Supremo Tribunal Federal, ao indeferir o pedido liminar postulado no HC n.º 107.568/PR, de que inicialmente foi Relatora, esclareceu o que se segue:

"Malgrado os argumentos lançados pela impetrante, considero impossível se adentrar ao exame da controvérsia posta neste writ sem os documentos necessários ao seu entendimento. Esta Suprema Corte já se manifestou no sentido de ser 'ônus do impetrante instruir adequadamente o writ com os documentos necessários ao exame da pretensão posta em juízo'

Superior Tribunal de Justiça

(HC 94.219/SP, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJe 06.05.2010)." (DJe 31/03/2011).

No mais, ressalto que não há que se falar em excesso de prazo na formação da culpa após a prolação de sentença condenatória, sobretudo quando o Réu é condenado em regime inicial fechado a longa pena privativa de liberdade, como na espécie.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO LIMINAR. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 34, XX, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TRÁFICO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A via eleita revela-se inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

2. O art. 34, XX, do Regimento Interno desta Corte Superior, autoriza o relator a decidir o habeas corpus quando for manifestamente inadmissível, exatamente como ocorre na espécie, inexistindo prejuízo à parte, já que dispõe do respectivo regimental, razão pela qual não se configura ofensa ao princípio da colegialidade.

3. As alegações de inexistência de prova da materialidade delitiva e de indícios de autoria, de falta de fundamentação e de requisitos para a manutenção da prisão cautelar ou da possibilidade de sua substituição por outras medidas cautelares já foram analisadas no RHC n. 88.794/SP e do HC n. 464.390 decididos anteriormente, o que configura a simples reiteração de pedido, o que autoriza o indeferimento liminar do writ.

4. **A prolação de sentença condenatória prejudica a análise de eventual excesso de prazo para a formação da culpa, nos termos do enunciado sumular n. 52 do Superior Tribunal de Justiça.**

5. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no HC 505.142/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 06/06/2019).

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial do *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora